

**SANTINVEST S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**  
CNPJ - 00.122.327/0001-36 Florianópolis - Santa Catarina

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e pela Lei das Sociedades por Ações, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Santinvest S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, relativas ao 1º semestre de 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da organização, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. É compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e com a dimensão da exposição a riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional da Santinvest. Os Comitês de Risco da Santinvest reúnem-se, trimestralmente ou sempre que entender necessário, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos e definir as diretrizes para a mitigação dos riscos. Com base na análise procedida pela Área de Crédito, os Administradores da Santinvest S.A. aprovaram a reclassificação de determinado cliente para Rating "C". Os itens acima, bem como as Demonstrações Financeiras foram objeto de revisão pela auditoria.

Florianópolis, 30 de junho de 2019

**SANTINVEST S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO** ( em Milhares de Reais )

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>85.585</b>	<b>117.845</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>60.391</b>	<b>76.731</b>
DISPONIBILIDADES		900	777				
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	9.000	18.400	DEPÓSITOS	10	21.799	26.004
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		9.000	18.400	Depósitos a Prazo		21.799	26.004
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	-	5.884				
Livres		-	-	RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS	11	35.189	43.504
Cotas de Fundo de Investimento		-	5.884	Obrigações por Aceites Cambiais		35.189	43.504
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	7	<b>50.159</b>	<b>62.095</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>3.403</b>	<b>7.223</b>
Setor Privado				Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		98	30
Empréstimos e Títulos Descontados		51.811	78.219	Sociais e Estatutárias		-	1.431
Financiamentos		3.639	5.033	Fiscais e Previdenciárias		2.150	4.762
(-) Provisão p/Operação em Crédito de Liquidação Duvidosa	7.b	(5.291)	(21.157)	Diversas		1.155	1.000
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	8	<b>2.671</b>	<b>1.054</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>61.791</b>	<b>71.873</b>
Diversos		2.671	1.054				
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		<b>22.855</b>	<b>29.635</b>	DEPÓSITOS	10	16.009	23.000
Bens não de Uso Próprio	9	22.827	29.615	Depósitos a Prazo		16.009	23.000
Despesas Antecipadas		28	20				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>148.408</b>	<b>138.801</b>	RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS	11	45.745	48.857
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		147.428	137.842	Obrigações por Aceites Cambiais		45.745	48.857
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	109.057	112.363				
Setor Privado				OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	37	16
Empréstimos e Títulos Descontados		154.391	147.657	Provisão para Contingência		37	16
(-) Provisão p/Operação em Crédito de Liquidação Duvidosa		(45.334)	(35.294)				
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>38.371</b>	<b>25.479</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>111.811</b>	<b>108.042</b>
Ativo Fiscal Diferido	18	20.250	25.403				
Diversos	8	18.121	76	Capital:			
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>782</b>	<b>706</b>	De Domiciliados no País		80.000	73.500
INTANGÍVEL		198	253	Reservas de Lucros		31.811	34.542
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>233.993</b>	<b>256.646</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>233.993</b>	<b>256.646</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**  
(Em Milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE LUCROS			TOTAL
			Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		73.500	6.553	23.395	-	103.448
LUCRO DO SEMESTRE		-	-	-	6.025	6.025
- DESTINAÇÕES:						
- Reserva Legal		-	301	-	(301)	-
- Dividendos Propostos		-	-	-	(1.431)	(1.431)
- Transferência para Reserva Estatutária		-	-	4.293	(4.293)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		73.500	6.854	27.688	-	108.042
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		-	301	4.293	-	4.594
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		73.500	7.099	25.176	-	105.775
LUCRO DO SEMESTRE		-	-	-	11.036	11.036
- DESTINAÇÕES:						
- Reserva Legal	12.b	-	552	-	(552)	-
- Dividendos Extraordinários		-	-	(5.000)	-	(5.000)
- Aumento de Capital		6.500	-	(6.500)	-	-
- Transferência para Reserva Estatutária	12.d	-	-	10.484	(10.484)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		80.000	7.651	24.160	-	111.811
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		6.500	552	(1.016)	-	6.036

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**  
(Em Milhares de Reais)

	1º SEMESTRE	
	2019	2018
<b>Fluxo de Caixa nas Atividades Operacionais:</b>		
Lucro do Semestre	11.036	6.025
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Líquido proveniente de Atividades Operacionais	(8.130)	(519)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.411)	(1.054)
Ativo Fiscal Diferido	5.364	474
Depreciações e Amortizações	(83)	114
Provisão (Reversão) para Contingência	-	(53)
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>2.906</b>	<b>5.506</b>
<b>Variação de Ativos e Obrigações</b>	<b>3.109</b>	<b>31.263</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.715	7.888
Redução (Aumento) em T.V.M e Instrum.Financ. Derivativos	-	21.790
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(2.489)	(2.410)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(7.523)	(740)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	6.164	(992)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(9.758)	5.727
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>6.015</b>	<b>36.769</b>
<b>Fluxo de Caixa nas Atividades de Investimentos:</b>		
Alienação de Imobilizado de Uso	213	7
Aplicação no Imobilizado	(150)	-
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos</b>	<b>63</b>	<b>7</b>
<b>Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos:</b>		
Aumento (Redução) em Depósitos	(13.114)	(21.566)
Aumento (Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	10.950	(14.240)
Dividendos Pagos e/ou Provisionados	(5.000)	(1.431)
<b>Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos</b>	<b>(7.165)</b>	<b>(37.237)</b>
<b>Aumento/(Redução) das Disponibilidades</b>	<b>(1.086)</b>	<b>(461)</b>
<b>Modificações em</b>	<b>Início do período</b>	<b>1.986</b>
	<b>Fim do período</b>	<b>900</b>
<b>Líquidas</b>		<b>(1.086)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da SANTINVEST S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS Florianópolis - SC, Opinião com ressalva. Examinamos as demonstrações financeiras da Santinvest S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santinvest S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião com ressalva. Conforme mencionado na nota explicativa nº 07 Item f, a administração da Instituição avaliou como adequada a reclassificação por nível de risco de crédito de operação de crédito renovada de um determinado cliente passando do rating E - 30,00% para rating C - 3,00%, ocasionando redução na provisão para créditos de liquidação no valor de R\$ 8.102 mil sobre a operação citada. Conforme a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, Artigo 8º, Parágrafo 1º, as operações objeto de renegociação devem ser mantidas no mesmo nível de risco, porém, admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. Em nossa opinião a operação supracitada não atende os requisitos da Resolução para a reclassificação do rating. Assim, o resultado do período e o patrimônio líquido em 30 de junho de 2019 estão a maior em R\$ 4.861 mil após a reversão dos impostos diferidos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos - Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2019.

ALFREDO HIRATA  
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES  
CRC (SC) nº 001.132/O-9

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**  
(Em Milhares de Reais)

	1º SEMESTRE	
	2019	2018
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>21.678</b>	<b>24.164</b>
Operações de Crédito	21.220	22.964
Rendas de Aplicações Interfinanceiras	458	588
Renda de Tit. Val. Mob. e Instrum. Financ. Derivativos	-	612
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.063</b>	<b>(6.017)</b>
Operações de Captação no Mercado	15	(4.540)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	7.a	6.603
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>23.741</b>	<b>18.147</b>
<b>OUTRAS (DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(5.588)</b>	<b>(7.231)</b>
Receita de Prestação de Serviços	12	24
Despesas de Pessoal	13.c	(2.302)
Outras Despesas Administrativas		(4.317)
Despesas Tributárias		(851)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	16	1.870
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>18.153</b>	<b>10.916</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social -- Valores Correntes	17	(1.753)
Imposto de Renda e Contribuição Social -- Valores Diferidos	18	(5.364)
<b>RESULTADO DO SEMESTRE</b>	<b>11.036</b>	<b>6.025</b>
Resultado por ação - R\$	12.e	49,71

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

**1. Contexto Operacional** A Instituição é uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos, constituída de acordo com a Portaria nº 309/59, do Ministério da Fazenda, tendo como objeto social a prática de operações relacionadas com a concessão de crédito a médio e longo prazos e operações no mercado de valores mobiliários. Sua matriz está localizada na Rua Nereu Ramos, 19 - 8º andar - Centro - Florianópolis - SC. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:  
✓ CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;  
✓ CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;  
✓ CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.636/18;  
✓ CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;  
✓ CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;  
✓ CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;  
✓ CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;  
✓ CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN 4.424/15; e,  
✓ Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 4.144/12.  
Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Instituição. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela administração da instituição em 08 de julho de 2019. **3. Principais Práticas Contábeis** As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado** O resultado foi apurado pelo regime de competência e inclui o reconhecimento dos rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez** São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Possuem alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento de até 90 dias. **c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos** Constituídos por cotas de fundos de investimento registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Possuem liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor. **d) Operações de crédito** Estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescidas dos rendimentos e encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas de operações ativas são apropriadas *pro rata die*. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro-rata" ao resultado do exercício. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o art. 9º, da Resolução nº 2.682/99, do CMN. **e) Outros ativos circulante e não circulante** O ativo circulante e o não circulante estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, juros e as variações monetárias correspondentes. **f) Provisão para perdas prováveis na realização de ativos** As provisões para perdas prováveis nas operações de créditos são reconhecidas nos percentuais estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, levando-se em consideração a análise de garantias e a experiência da instituição com seus clientes. **g) Imobilizado de uso** Os valores constantes no Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos pela depreciação acumulada. As depreciações sobre os itens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens, utilizando as seguintes taxas:  

Descrição	Taxa anual
Edificações	4%
Móveis e equipamentos de uso	10%
Sistema de comunicação	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Veículos	20%

  
**h) Intangível** Os valores constantes do intangível são compostos direitos sobre bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição. São amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir de sua disponibilidade para uso. **i) Passivos circulante e não circulante** O passivo circulante e o não circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os juros, a correção monetária, as variações monetárias correspondentes e deduzidos das despesas a apropriar. **j) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes** A provisão para o imposto de renda foi constituída a alíquota de 15% e adicional de 10%, quando aplicável, conforme a legislação vigente. A provisão para contribuição social até 2018 era constituída a alíquota de 20% conforme Instrução Normativa RFB nº 1.591. A partir de 2019 a provisão para contribuição social voltou a ser constituída a alíquota de 15%. Ambas as provisões foram provisionadas mensalmente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente desta obrigação. O imposto corrente

é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **k) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Diferidos** Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para a constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 alterado pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013. **4. Gerenciamento de Riscos** A Instituição aborda o gerenciamento de todos os riscos inerentes às suas atividades de modo integrado, por meio de uma área específica para gestão de riscos. Essa visão multidisciplinar proporciona o aprimoramento dos modelos de gestão de riscos e evita a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. **a) Risco Operacional:** É a probabilidade de perdas decorrente de falhas humanas, de processos internos, de sistemas e de eventos externos, incluindo risco legal. **Gerenciamento de risco operacional** O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, com o objetivo de levantar e dar tratamento das perdas identificadas a fim de minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a continuidade dos negócios da instituição. O capital alocado é calculado semestralmente utilizando-se a metodologia de abordagem do indicador básico, considerados os últimos três períodos anuais. **b) Risco de Mercado:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos preços e das taxas de juros. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente. **Gerenciamento de risco de mercado** O processo de gerenciamento é diário e tem a finalidade de medir, avaliar e controlar a exposição ao risco, identificando previamente os riscos inerentes a novos produtos, sua adequação aos procedimentos e controles adotados. **c) Risco de crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. **Gerenciamento do risco de crédito** É um processo contínuo de análise das operações mediante procedimentos internos embasados em documentação e relatórios próprios com a finalidade de minimizar perdas de crédito de manter a qualidade dos ativos; **d) Risco de Liquidez:** É a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações em razão dos descausamentos entre recebimentos e pagamentos, considerando os prazos de liqu